

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0001019-65.2018.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Bancários**
Requerente: **MARIA DE LOURDES JULIO**
Requerido: **ITAU UNIBANCO S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou que é cliente do réu a vários anos.

Alegou ainda que sem seu consentimento foram realizadas três contratações de três produtos do réu (títulos de capitalização), os quais não foram solicitados.

Requer a reparação do dano material (o valor cobrado pelos três títulos de capitalização) e indenização por danos morais.

Já o réu em contestação reafirmou a legitimidade das contratações impugnadas, porquanto diziam respeito a contratos efetuados em terminal eletrônico mediante o uso de cartão e senha, sendo inclusive nessa situação afastado



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

qualquer tipo de fraude, porque em última análise a própria autora é beneficiária dos contratos.

Como se vê, a explicação do réu é pertinente e veio acompanhada de farta prova documental demonstrando que a contratação partiu do uso de cartão e senha da autora.

A ocorrência de fraude fica afastada tendo em vista que não houve qualquer benefício a um terceiro.

Quanto ao tema portanto, restou patenteado que o réu não obrou de maneira irregular, o que leva à rejeição da pretensão deduzida.

Nem se diga, por fim, que a aplicação ao caso da regra do art. 6º, inc. VIII, do CDC modificaria o quadro delineado, seja diante da presença de dados que atuam em favor do réu, seja em face da falta de outros que beneficiassem a posição da autora.

Consequentemente, no que tange ao pedido de indenização por danos morais, é de salientar que os danos suportados pela autor não configuram hipótese de dano moral, pois a situação não ultrapassa o limite do mero aborrecimento e transtorno não relevante juridicamente e logo não indenizável, tratando-se, em verdade, de reflexos puramente patrimoniais decorrentes do risco natural do negócio.

É relevante observar que a autora não produziu provas consistentes de que tivesse sofrido abalo de vulto a partir da conduta imputada à ré.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intímem-se.

São Carlos, 27 de abril de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**